

AS REPRESENTAÇÕES DA DIVERSIDADE NOS MÍDIA E O CASO DA ‘CRISE DE REFUGIADOS’ NA EUROPA: UMA ANÁLISE TRANSEUROPEIA DA IMPRENSA

MYRIA GEORGIU
LILIE CHOULIARAKI
RAFAL ZABOROWSKI

Department of Media and Communications – London School of Economics and Political Science

Quando a foto do corpo sem vida de uma criança curda, Alan Kurdi, apareceu nas primeiras páginas dos jornais em todo o mundo, cidadãos e políticos responderam exigindo ação e proteção para aqueles que fogem da guerra e da miséria. Símbolo do que seria conhecido como a “crise dos refugiados” na Europa, a foto de Alan Kurdi tornou-se um lembrete vívido, ainda que trágico, do poder dos mídia: o poder que os mídia têm para mobilizar públicos e políticos e gerar, ou, pelo menos, acelerar a ação humanitária. Apenas alguns anos após a publicação desta imagem icônica e do clamor público que gerou, agora, a Europa não poderia estar mais distante de uma resposta ético-política. Pelo contrário, atualmente, as notícias parecem mais preocupadas com o controle da migração e com a necessidade de conter aqueles que cruzaram fronteiras no auge da “crise”. Atualmente, é mais provável que os refugiados e migrantes apareçam nos mídia através de uma lente antipática, enquanto os benevolentes europeus parecem ter sido substituídos por públicos anuentes e divididos por suspeita, xenofobia e nacionalismo.

O que aconteceu desde aquele momento, quando públicos chocados exigiram uma política de recepção e proteção dos refugiados? Como passámos desse momento de humanitarismo enlevado para a suspeita e o aumento da xenofobia por toda a Europa? Porque será que essa representação da migração centrada no

humano, exemplificada na publicação das imagens de Kurdi, se torna tão difícil de sustentar no longo prazo? E se formos além desse exemplo específico, que desafios enfrentam os média para representar de forma adequada a diversidade da Europa e a sua constituição sociocultural? Este capítulo visa identificar o que está a faltar e o que é necessário para uma cultura de média verdadeiramente diversificada – uma cultura que tenha espaço para as diferentes vozes, experiências e histórias do passado e do presente na Europa. Os meios de comunicação como instituições públicas chave são regularmente chamados para as suas responsabilidades no sentido de representarem de forma justa a sociedade e os diferentes grupos integrantes. Em tempo de crescente polarização na Europa, em que políticas nacionalistas e xenófobas estão em ascensão, torna-se ainda mais urgente compreender e enfrentar estes desafios.

Tanto na academia como na esfera pública, algumas vozes descartam a importância dos grandes média na conduta política e social de nossas sociedades, argumentando que os espaços comunicativos fragmentados e partilhados dos média sociais tornaram redundantes os meios de comunicação dominantes. No entanto, o caso das fotos de Alan Kurdi, evidentemente, confirmam que os média *mainstream* ainda são importantes na definição de agendas, na informação dos públicos e na formulação de políticas. De fato, indiscutivelmente, a procura por uma cultura inclusiva, diversificada e representativa nos média é mais urgente do que nunca nesta era digital; assim, o potencial dos meios convencionais para integrar diferentes realidades no seu discurso, contestando rumores, notícias falsas e câmaras de eco, é um desafio mais urgente do que nunca. Em resposta a esse desafio, este capítulo apela à necessidade de continuar a pesquisa sobre os média tradicionais e o seu papel sociocultural.

Ao longo da análise particular na “crise dos refugiados” de 2015 mostramos como os média enquadram os eventos como uma “crise” e constroem estruturas particulares para interpretar eventos e agentes da “crise”. Neste caso trabalhamos a partir de um projeto de pesquisa sistemática ao longo de um ano que conduzimos no Department of Media and Communications – London School of Economics and Political Science. No estudo apresentamos uma análise em quatro etapas. Primeiro, e com referência à literatura relevante, o capítulo descreve a importância e os desafios associados às representações mediáticas sobre migração e diversidade cultural. Em segundo lugar, mostra como os principais meios de comunicação produzem quadros específicos para a compreensão da migração e da diversidade cultural, frequentemente (re)afirmando diferenças entre cidadãos e não cidadãos. O nosso estudo da representação da imprensa europeia sobre a situação das migrações e dos refugiados no auge da “crise” de 2015 fornece dados

para essa análise. Em terceiro lugar, o capítulo identifica algumas das razões que explicam o facto de a imprensa europeia não representar de forma justa e consistente a crise no sentido de dar um contexto apropriado e um ‘insight’ para um debate público significativo. Em quarto lugar, e em conclusão, este capítulo apresenta cinco recomendações específicas sustentando um ambiente nos média que reconheça e respeite os diferentes atores europeus, suas histórias e trajetórias.

A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE NOS E DOS MÉDIA

A literatura académica sobre representações dos média, especialmente sobre minorias étnicas, migrantes e refugiados, tem repetidamente destacado a importância da cobertura dos média dos diferentes grupos no sentido em que entendemos os direitos e identidades dos cidadãos. Mas, até que ponto os meios de comunicação respondem ou ignoram essas preocupações? Até que ponto a linguagem e o enquadramento adotado pelos média reafirmam as diferenças em função da origem, nacionalidade e crença – e até que ponto promovem a compreensão? Como é a Europa enquadrada pelos média, como um continente homogéneo ou diverso – e estarão as diferentes vozes dos europeus, quer os mais antigos, quer os mais recentes, representadas nesses mesmos média? Abordamos estas questões no contexto da “crise de refugiados” da Europa em 2015, que identificamos como um caso fundamental para registar e entender como os meios representam a migração. Embora os eventos de 2015, com a chegada de aproximadamente um milhão de refugiados à Europa (Frontex, 2016), tenham uma escala sem precedentes, os desafios do jornalismo ético e a representação objetiva dos migrantes e refugiados não são novos. Assim, e embora o caso da crise de refugiados tenha características distintas, levanta questões maiores e mais antigas em relação aos média e à diversidade que permanecem relevantes mesmo depois da crise de refugiados ter perdido importância nas notícias.

A questão de como as representações da imprensa moldaram os discursos e as normas políticas da migração na Europa tem sido amplamente explorada. Um aspeto fundamental desta agenda, no contexto do nosso próprio projeto, diz respeito à questão de saber “se existe uma narrativa comum ‘europeia’ na imprensa” (2015: 897). Com base em vários estudos empíricos em Itália (Campani, 2001) França (Benson, 2002, 2013), Holanda (Roggeband e Vliegthart, 2007) Alemanha (Bauder, 2008) e Bulgária e Reino Unido (Balabanova e Balch, 2010), a influente pesquisa comparativa de Cavedes sobre migração e segurança conclui que há uma variação significativa na imprensa de âmbito nacional, “desafiando

alegados modos únicos europeus emergentes para enquadrar a imigração” (2015: 911). Face à aspiração da União Europeia em ter uma política comum de migração, essa pesquisa pró-crise “demonstra narrativas divergentes entre os países, de modo que talvez soluções separadas e individualizadas por país possam fazer sentido” (ibid: 912). Noutro estudo, o European Journalism Observatory estruturou a cobertura da crise migratória em diferentes pontos e em três momentos distintos de 2015: (1) a publicação das fotos do corpo do menino de três anos Alan Kurdi, (2) a introdução de controlos fronteiriços na Alemanha, e (3) as negociações sobre uma abordagem europeia comum da crise. Esse foco em diferentes “estágios” da crise revelou o impacto impressionante, ainda que de curta duração, que momentos históricos “chave” podem ter sobre a mudança discursiva na imprensa – por exemplo, a ascensão da empatia após a fotografia principal de Alan Kurdi, em setembro de 2015. No nosso estudo seguimos o método de amostragem e organizámos os nossos dados escolhendo três momentos cruciais no desenvolvimento da crise.

Fazendo uma comparação mais alargada, o relatório *The Press Coverage of the Refugee and Migrant Crisis in the EU* (Berry, Garcia-Blanco e Moore, 2016) analisa cinco países europeus: Espanha, Itália, Alemanha, Reino Unido e Suécia, ampliando assim o trabalho de Cavedes e outros. As conclusões demonstram similarmente “variação significativa entre os países” (Berry et al., 2015: 7) e enfatizam que “o contexto local é vital para moldar como as notícias são relatadas” (ibid: 12). O relatório ainda faz a recomendação-chave de que “um único modelo não serve a todos”. A defesa efetiva dos média em diferentes países europeus exige campanhas direcionadas e personalizadas, que tenham em linha de conta as suas culturas únicas e o contexto político” (ibid). Além disso, um relatório conduzido pelo Ethical Journalism Network, com base em relatos de jornalistas em 17 países do Mediterrâneo em nome do International Centre for Migration Policy Development (2017), forneceu uma visão sobre a cobertura da “crise” pelos média. O relatório mostra que os jornalistas estão frequentemente mal informados sobre a natureza complexa da migração; as redações também são vulneráveis à pressão e manipulação por vozes de ódio, seja de elites políticas ou de redes sociais. Ao mesmo tempo, o estudo destaca exemplos de boas práticas, com casos de relatórios informados e que respeitam todos os atores envolvidos. O estudo fornece ainda uma série de recomendações detalhadas e apela à formação, ao melhor financiamento da ação dos média e a outras atividades para apoiar e fomentar um jornalismo mais equilibrado e baseado em factos sobre imigração, emigração, integração, asilo e outros desafios relacionados com a migração.

Desde o início da recente crise, no entanto, um novo e crescente bloco de referências mais informadas pelas recentes mobilizações está a emergir¹. Uma perspectiva global para a migração europeia é fornecida por outro estudo realizado anteriormente pelo Ethical Journalism Network, intitulado *Moving Stories* (White, 2015). Como referido no relatório, “crianças refugiadas sírias morrem no Mediterrâneo”, enquanto “grupos de rohingyas que escapam da perseguição em Myanmar sufocam em barcos no Mar do Sul da China [e] crianças que fogem da guerra de gangues na América Central morrem de sede no deserto enquanto tentam entrar nos EUA” (ibid.). O relatório conclui que “muitas partes do mundo são notavelmente semelhantes: o jornalismo sob pressão de uma economia dos média enfraquecida [e] o preconceito político e o oportunismo que impulsionam a agenda noticiosa aumentam os perigos do discurso de ódio, os estereótipos e a exclusão social de refugiados e migrantes” (ibid: 6). No entanto, como observa Bunyan (2015), em relação à “crise de refugiados” europeia, o que chama a atenção é a ideia de apatia que o jornalismo não conseguiu impedir: “A história europeia estava lá para ser contada, mas os média falharam nos alertas à sua audiência ou no desafio à disponibilidade da União Europeia e dos Estados-membros para lidar com a crise que estava prestes a irromper nas suas costas” (Bunyan, 2015: 11). A questão de como a história foi contada em cada um dos oito países do nosso estudo e de como ela diferiu de país para país são os principais focos do nosso projeto de investigação. Ao mesmo tempo, como sugere esta linha de pesquisa, a importância de representar a migração na imprensa chama a atenção para as práticas simbólicas dos média, o seu papel na construção da identidade migrante como “humana” e as suas implicações para as ações e emoções associadas à “crise dos refugiados”.

A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA IDENTIDADE DOS MIGRANTES

O papel das práticas simbólicas da linguagem na representação de crises migratórias tem sido extensivamente pesquisado (Wright, 2002, 2004; King e Wood, 2013), com a literatura sobre a recente crise crescendo rapidamente (Malafouri, 2016; Giannakopoulos, 2016; Musarò, 2016; Berry et al., 2015; Zaborowski e Georgiou, 2016; Chouliaraki, 2017). Tal como em estudos mais alargados sobre a representação mediática da migração (por exemplo, van Dijk, 1991; Triantafyllidou,

¹ Ver Mazzara (2016) na ilha italiana de Lampedusa e Marino e Dawes (2016) em ‘Fortress Europe’.

2013), os estudos sobre a crise também identificam o migrante como uma figura mediática ambivalente.

Por um lado, o migrante surge como vítima de conflitos geopolíticos que necessitam de proteção, mas, por outro lado, ele aparece como uma ameaça à ordem global centrada na nação e deve ser excluído da comunidade de acolhimento (Nyers, 1999; Gross, Moore e Threadgold, 2012). Essa dualidade simbólica do migrante, mudando constantemente entre a vítima sem discurso e o terrorista maléfico, está no cerne dos estudos críticos sobre a representação dos migrantes, em que ambos os “quadros” de representação são problematizados por falharem em captar a “humanidade” do migrante (Chouliaraki, 2012). Essa dualidade também é, como argumentamos, incorporada e reproduzida através das estruturas de securitização humanitária – a lógica contemporânea da fronteira europeia que trata o migrante como uma figura que precisa tanto de ser protegida como de ser restringida.

A crítica da vitimização toma como ponto de partida duas características da representação dos migrantes: a massificação, que os representa meramente como um número, uma referência estatística ou uma massa indiscriminada de desafortunados; e a ‘passivização’, que os retrata primariamente como corpos-em-necessidade, passivos, incapazes de agir nas suas circunstâncias – o que Owens, seguindo Agamben, chama de “humanos como animais na natureza sem liberdade política” (2011: 135). Ambas as características, afirmam os críticos, contribuem para a desumanização dos migrantes (Malkki, 1996). Agrupá-los numa única categoria indiferenciada priva-os da sua especificidade biográfica como seres humanos com história (Nyers, 1999), enquanto defini-los apenas em termos da sua vulnerabilidade remete-os ao estatuto de “sub-cidadãos” desumanizados – a sua privação física retira legitimidade para articular vontade política ou argumento racional (Hyndman, 2000).

A crítica do mal faz parte de uma crítica mais ampla sobre a ambivalência da agência como uma possibilidade representacional para migrantes e refugiados. Toma como ponto de partida duas características discursivas da agência de migrantes: a atribuição de soberania, que interpreta os migrantes como indivíduos ativos e esperançosos, e não como corpos destituídos, e, questão relacionada, a atribuição de intenção malévola, que define essa soberania de forma estreita, como a vontade dos migrantes de prejudicar as suas comunidades de acolhimento. De um modo diferente da crítica da vitimização, esta representação é assim também acusada de privar os migrantes da sua própria humanidade. Isso deve-se a dois motivos. Em primeiro lugar, a atribuição de soberania esconde a verdade das vidas dos migrantes, na medida em que retrata essas

vidas como independentes e no controle das suas próprias escolhas, ignorando que elas são de fato condicionadas por circunstâncias históricas além do controle dos migrantes: “há”, como Sandvik (2010: 294) refere, “algo perturbador sobre a maneira como são acusados de agência indivíduos em situações indiscutivelmente desesperadas ou perigosas... como se se tratasse de ações simbólicas representadas para uma audiência global”. Em segundo lugar, a atribuição de malevolência reduz os migrantes a “estranhos sem rosto” (Banks, 2011: 294) que ameaçam a “nossa” segurança: de “emissários sem fala” passam a potenciais terroristas (Malkki, 1995). Em vez de resposta humanitária, a sua ação criminalizada mobiliza emoções de medo e legítimas práticas de securitização que os retêm ou deportam (Bleiker et al., 2013). Ao confiar nos tropos da vulnerabilidade impotente e da malevolência agentiva, as representações da imprensa sobre a migração perpetuam a ambivalência do migrante quer como sofredor, quer como ameaça, mas nunca como humano.

Ao mesmo tempo, esses dois tropos de representação, vitimização e ameaça, não devem ser vistos como antitéticos um do outro. Eles são tropos inerentemente conectados, que funcionam taticamente intercambiáveis e alternando regularmente alegações morais, configurando de forma diversa a humanidade dos refugiados ao longo do tempo e do espaço. É o caso, por exemplo, da mudança da empatia universal pela morte de Alan Kurdi, em 3 de setembro de 2015, para a indignação universal dos terroristas-refugiados, durante semanas – de 3 de setembro de 2015 até aos ataques de 13 de novembro em Paris. (Lenette e Cleland, 2016: 77). Nesse sentido, não é apenas a força performativa distinta de cada categoria que desumaniza os refugiados, como a literatura diz, mas, também, e muito importante, sua substituíbilidade.

O projeto atual baseia-se num estudo comparativo transnacional de três etapas discutido acima, a fim de aprofundar uma análise de conteúdo dos quadros representacionais do migrante, com foco particular na fluidez desses quadros e sua precária relação com a des/humanidade do migrante. Ao mesmo tempo, a estrutura conceptual da análise de conteúdo baseia-se no entendimento das notícias dos migrantes como uma política de piedade; ou seja, como uma política de representação que, dependendo da notícia, usa várias combinações de voz, agenciamento e emoções para configurar de diferentes maneiras o sofredor, o malfeitor e o salvador (Chouliaraki, 2006; 2013). Como e por que as questões de representação, voz e agência são importantes no jornalismo é a última questão teórica que exploraremos a seguir, neste artigo.

JORNALISMO, VOZ E RECONHECIMENTO

Como é evidente a partir desta revisão da literatura, as histórias de jornais são importantes não apenas porque relatam eventos ou oferecem informação sobre eles, mas porque dão o enquadramento do contexto no qual somos convidados a imaginar a situação dos migrantes, assim como o potencial ou o perigo das sociedades que integram a diferença. Neste sentido, as notícias e o jornalismo, em geral, são práticas fundamentalmente representativas com uma função moral e política crucial na nossa sociedade. Constroem o que Judith Butler chama de “campo do perceptível”; um campo de significados que controla “se e como respondemos ao sofrimento dos outros, como formulamos críticas morais, como articulamos análises políticas” (2009: 64).

Central para este papel constitutivo do jornalismo é o processo de reconhecimento, através do qual os quadros de representação do jornalismo atribuem agência aos migrantes, regulando a possibilidade da voz – de quem fala, sobre o quê e em que autoridade (Couldry, 2008). Com base na afirmação de Honneth do reconhecimento como indispensável no ato de humanização, que é o “status de agentes humanos” dos sujeitos sociais (2007), Couldry postula que negar às pessoas a capacidade de darem conta de si nos média significa tratá-las como se não fossem humanos de todo (2010: 1).

O reconhecimento é aqui um ato simbólico, não só no sentido óbvio de que se baseia nas escolhas noticiosas de linguagem e imagem para humanizar os migrantes, mas também no sentido em que essas escolhas regulam a forma como as emoções públicas relativamente à migração e à diversidade são sistematicamente moldadas e como são associadas a determinadas opções de ação. O reconhecimento de que certos migrantes são dignos de entrada num país, por exemplo, enquanto outros são indesejáveis, é uma questão de saber se a voz permite o reconhecimento da situação de apuro de certas vítimas enquanto a nega a outros. À luz dos quadros representativos dominantes da identidade migrante em termos de vitimização e ameaça, examinados anteriormente, o quadro conceptual desta pesquisa põe em relevo estas questões de voz, agência e humanidade – fazendo a pergunta sobre quem fala nas peças jornalísticas, o que dizem e com que efeito, mas também que formas de emoção e ação estão ligadas à articulação de certas vozes e não a outras.

O nosso foco atual nas redes institucionais do jornalismo que regulam os limites da voz chama a atenção para as formas pelas quais os quadros representacionais das notícias de imprensa estão sempre embebidos em contextos mais amplos de poder; tal como afirma Steven Vertovec, “representações da cultura imigrante e nacional são mutuamente constituídas em políticas, instituições

estatais, média e percepções cotidianas” (2011: 241). A política de notícias de paixão, é assim que agência, voz e emoção se juntam e constroem notícias sobre migração, não estando ligadas de forma causal, de modo direto, a regimes regulatórios de longa duração e a mandatos políticos, o que salvaguarda a segurança enquanto protege vidas e respeita a diferença cultural (Poole, 2002: 29-30).

Embora não seja tecnicamente o mesmo, a política jornalística sobre a diversidade e a representação da migração compartilham a mesma base na abordagem aberta à diferença cultural. Existe uma política comum europeia em matéria de diversidade nos meios de comunicação social e de representação, tal como estudada, por exemplo, por Jakubowicz (2007) e McGonagle (2015). Particularmente forte é, naturalmente, o contexto regulatório dos média de serviço público (PSM); o que, no entanto, é também o elo mais fraco na cadeia de regulação, devido à intensa competição proporcionada pelos canais dos média digitais. “Central para o desafio da consolidação é a necessidade de o PSM continuar a promover a diversidade cultural de modo apropriado e eficaz num ambiente tecnológico alterado” (McGonagle, 2015, p. 79). Paralelamente a isso, e no que diz respeito à “crise dos refugiados”, ocorrem preocupações recorrentes sobre o mundo aparentemente desregulado da internet, onde a intolerância floresce (Bauman, 2016: 108). Ainda assim, a política europeia sobre média e diversidade é extensa e vai além dos instrumentos legais e políticos, através de organizações intergovernamentais, por exemplo (McGonagle, 2015: 63). Além disso, vale ressaltar que, apesar do aumento dos canais de média digitais, os meios de radiodifusão e a imprensa mantiveram o seu papel na *agenda-setting*, o que na literatura académica ainda dá primazia ao estudo da cobertura jornalística da migração. Mapear, portanto, as semelhanças e diferenças da imprensa em toda a Europa num período de tempo e nos termos em como ela narra, dá voz e constrói migrantes e refugiados, permanece crucial para a nossa compreensão do papel da imprensa como um espaço político e moral chave no nosso continente.

METODOLOGIA

Para a análise de conteúdo da imprensa, que é descrita neste capítulo, selecionámos oito países europeus – República Checa, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Sérvia e Reino Unido – e dois dos principais jornais europeus em língua árabe com o objetivo de investigar a cobertura da imprensa dos refugiados em toda a Europa. A escolha dos países permitiu-nos comparar narrativas locais, regionais e continentais em torno da “crise dos refugiados” em 2015. A inclusão da principal imprensa europeia em língua árabe teve por objetivo expandir a nossa compreen-

são e comparação entre diferentes espaços de representação e imaginação da “crise”, especialmente em termos dos diferentes tipos de proximidade cultural e moral.

A nossa amostra consistiu em dois jornais principais por país (com exceção do Reino Unido, onde analisámos quatro jornais²). Cada jornal, quando possível, representa politicamente uma linha editorial de esquerda ou direita. Três momentos significativos da “crise” no seu pico de 2015 foram selecionados como eventos cruciais no que diz respeito à formulação de políticas, à cobertura dos média e ao debate público: 1) Hungria erguendo uma barreira física ao longo de suas fronteiras com a Sérvia (13 de julho); 2) o afogamento do menino Alan Kurdi no Mediterrâneo (3 de setembro); e 3) os ataques terroristas em Paris (13 de novembro). Para cada um destes momentos reunimos vinte artigos relacionados com os refugiados por jornal, o que resultou em 60 artigos por jornal no total e uma amostra geral de 1200 artigos³.

Escusado será dizer que a atenção de diferentes meios para diferentes eventos em toda a Europa variou significativamente (por exemplo, a publicação das fotos de Alan Kurdi recebeu uma enorme atenção no Reino Unido mas muito menor na Hungria). Os artigos foram codificados e analisados por meio de análise quantitativa de conteúdo. Guiados pelas nossas questões de pesquisa (sobre o espaço moral mediado da migração como fronteira simbólica) e pela nossa estrutura conceitual (o vocabulário da securitização humanitária), analisámos representações de migrantes e refugiados através do enquadramento do humanitarismo e da militarização. Os jornais analisados são: Al-Hayat, Al-Araby Al-Jadeed (imprensa em língua árabe); Pravo, Lidove Noviny (República Checa); Le Monde, Le Figaro (França); Süddeutsche Zeitung, Frankfurter Allgemeine Zeitung (Alemanha); EFSYN, Kathimerini (Grécia); Magyar Nemzet, Népszabadság (Hungria); Irish Independent, The Irish Times (Irlanda); Vecernje Novosti, Blic (Sérvia); The Guardian, The Times, The Independent, The Daily Telegraph (Reino Unido).

2 Optámos por incluir uma amostra maior para o caso do Reino Unido, dado que é o país da nossa instituição no qual nos baseámos e realizámos a pesquisa. Tomando a recente prevalência da questão da migração na vida política britânica, especialmente no referendo pré e pós-Brexit, decidimos dar uma contribuição especial ao debate público, não apenas em toda a Europa, mas também no Reino Unido. Em todo o estudo, as percentagens para artigos do Reino Unido foram ajustadas para representar uma percentagem uniforme em toda a amostra transnacional.

3 Especificamente, observámos cada “momento” na imprensa nos dez dias úteis após o evento. As duas maiores histórias sobre refugiados e migrantes para a Europa em cada uma das dez edições diárias foram sistematicamente incluídas na amostragem. Nos casos em que apenas um ou nenhum dos artigos de uma edição diária se encaixava nos critérios de amostragem, as lacunas restantes na amostragem foram sistematicamente preenchidas por histórias de diferentes dias do período (selecionadas cronologicamente) e, quando necessário, expandimos o período de estudo até duas semanas fora do período (por tanto tempo quanto necessário para obter artigos relevantes disponíveis para a constituição da amostra de 20 artigos por jornal).

O CASO DA “CRISE DOS REFUGIADOS”

O objetivo do projeto foi investigar o conjunto de narrativas onde predomina a cobertura da crise de refugiados / migrantes. As principais perguntas que fizemos foram: Quais são as narrativas dos média sobre a “crise de refugiados / migrantes” – especialmente quando se relacionam respostas humanitárias com as respostas orientadas pela segurança? Quem fala e quem é falado? Quais são os enquadramentos específicos de ações positivas e negativas na gestão da “crise”?

A decisão de nos focarmos na imprensa de qualidade baseou-se no significado que esta área dos média tem nos assuntos públicos: a imprensa de referência define agendas, é lida pelos “influentes” – isto é, políticos e legisladores, e influencia a cultura pública do que é e do que não é aceitável e legítimo dizer e fazer. Além disso, analisámos um jornal de tendência de direita e outro de esquerda em cada país, a fim de captar os principais quadros ideológicos da cobertura e registrar o leque de opiniões e valores que enquadraram a resposta dos média à «crise».

No geral, vemos os três períodos analisados no estudo como pontos importantes de uma narrativa mediada na Europa sobre “a crise”. Separados aproximadamente por intervalos de dois meses, servem para captar as mudanças dinâmicas de enquadramentos em torno dos eventos dramáticos de 2015. Como se vê na breve descrição abaixo, os períodos devem ser vistos no contexto dos desenvolvimentos anteriores e posteriores para entender completamente o seu significado.

Período 1 (julho): Tolerância cautelosa

Até julho de 2015 a Europa teve três meses de “crise de refugiados”⁴ nos média, começando com peças sobre afogamentos em massa no Mediterrâneo em abril e maio (além de relatos anteriores, mas menos mediatizados, sobre tragédias semelhantes entre janeiro e março de 2015). Em julho, o Conselho Europeu concordou com medidas relativas à transferência de refugiados da Grécia e Itália para outros estados membros da UE, enquanto, no mesmo período, os imigrantes em Calais tentavam desesperadamente entrar em caminhões que se dirigiam ao Reino Unido através do Túnel da Mancha. Finalmente, em 13 de julho, o governo húngaro anunciou a sua decisão de começar a construir uma barreira física ao longo da fronteira com a Sérvia.

⁴ Isso não quer dizer que “a crise” tenha começado então (como resultado de múltiplos fatores e acontecimentos que datam de muito tempo antes dessa data), mas sugerir que esse período é o começo do que tem sido amplamente mediatizado como a “crise dos refugiados” europeia.

Julho foi um período dinâmico e intenso na “crise”, com histórias sobre os esforços humanitários no Mediterrâneo entrelaçando-se com a ansiedade alimentada por histórias de violência migrante. O equilíbrio entre securitização e humanitarismo é representativo de todo o estudo: a Europa em geral parecia querer ajudar os refugiados, mas permaneceu cautelosa sobre as consequências negativas.

Período 2 (setembro): Humanitarismo extático

Depois das fotografias do corpo de Alan Kurdi, de três anos de idade, terem ganho manchetes na imprensa europeia, as narrativas dos média mudaram dramaticamente. Descrições de medidas para ajudar refugiados esqueceram momentaneamente as medidas para proteger o país / Europa. As emoções dos refugiados foram mais frequentemente apresentadas nas narrativas, em comparação com os outros dois períodos, e houve significativamente mais menções de consequências positivas das chegadas de migrantes do que em julho ou novembro. Por momentos, pelo menos, a Europa apareceu na sua imprensa como um lugar de (relativa) solidariedade para com a difícil situação dos requerentes de asilo.

Período 3 (novembro): Medo e securitização

Tudo mudou drasticamente após os ataques de novembro em Paris. Em vários artigos sobre refugiados e migrantes pela primeira vez a tendência geral foi ver as medidas defensivas dominarem sobre as medidas de ajuda. Consequências geopolíticas negativas da “crise” apareceram em quase metade dos artigos de imprensa do período, enquanto os refugiados se tornaram na maior parte “sem voz”, comparativamente a julho e setembro. A Europa estava profundamente em choque – e os refugiados eram os culpados.

REPRESENTAÇÕES DOS MÉDIA DA CRISE: ANÁLISE DETALHADA DE TENDÊNCIAS EMERGENTES

(i.) Refugiados e consequências para a Europa

Na nossa análise, temos estado atentos ao modo como a imprensa europeia constrói narrativas de consequências da chegada de refugiados e migrantes. Dividimos

estas, genericamente, em consequências positivas e negativas, e cada categoria com mais quatro distinções relacionadas com o tipo de consequências previstas: económicas, geopolíticas, culturais ou morais. Estas não eram exclusivas, e era possível que uma reportagem contivesse alguns ou, na verdade, nenhum desses âmbitos.

No geral, em todos os países analisados, as consequências negativas da chegada de refugiados foram fortemente enfatizadas nas histórias dos jornais, já que apenas menos de um terço (32,9%) de todas as histórias da amostra não as mencionou. Além disso, 59,3% de todos os artigos não mencionam consequências positivas (reais ou projetadas) dos refugiados que chegam à Europa.

FIGURA 1 – Enquadramento das consequências da chegada de refugiados

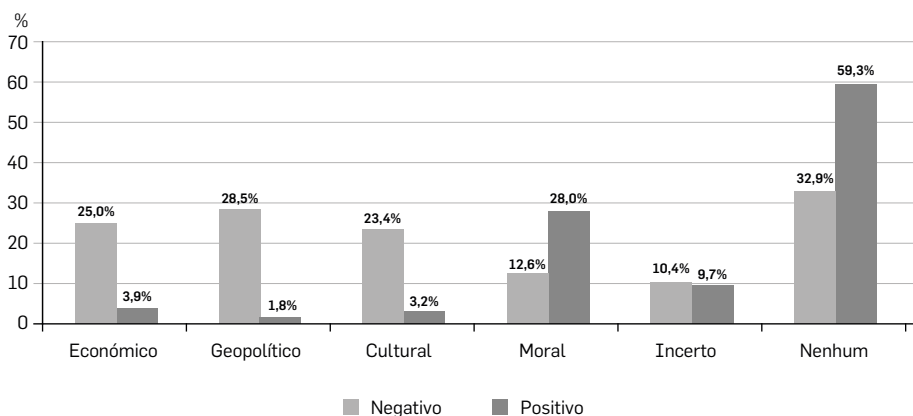


FIGURA 2 – Menções de consequências positivas das chegadas de refugiados, por tipo e período.

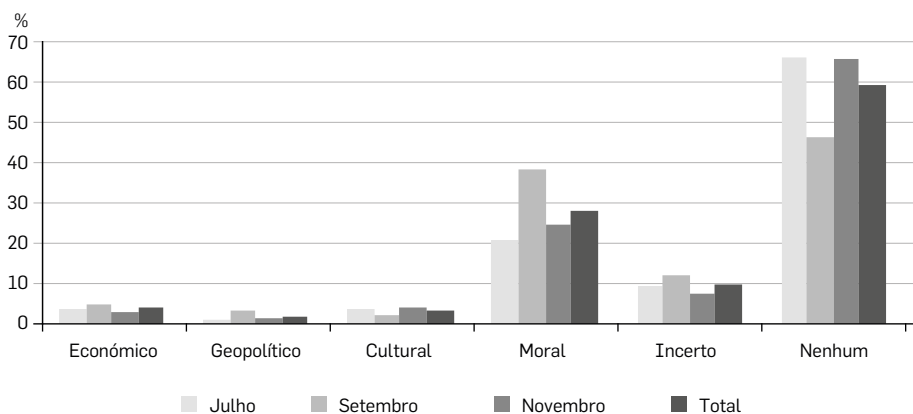
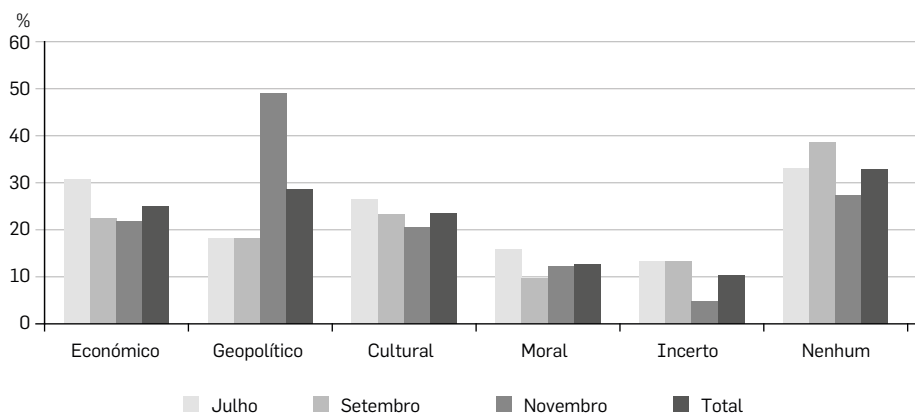


FIGURA 3 – Menções de consequências negativas das chegadas de refugiados, por tipo e período.

A relevância destas conclusões é tripla. Em primeiro lugar, o fato de as reportagens jornalísticas sobre refugiados mencionarem predominantemente as consequências, especialmente nos primeiros períodos da crise (quando pouca relação empírica e causal poderia ser estabelecida entre a situação crítica dos migrantes e o bem-estar dos países europeus), revela a narrativa geral construída pela imprensa europeia: uma narrativa de ansiedade sobre consequências indesejáveis.

Em segundo lugar, a nossa análise de tipos específicos de consequências entre quadros positivos e negativos nos artigos mostra diferenças consideráveis. Consequências negativas articuladas na imprensa raramente enfatizavam uma lógica moral e eram em maioria de natureza geopolítica, económica ou cultural. Por outro lado, quando eram mencionadas consequências positivas, eram enquadradas predominantemente como um imperativo moral de empatia, ou mesmo, ocasionalmente, de solidariedade. A narrativa emergente liga então fortemente as consequências negativas a desenvolvimentos tangíveis “reais” nos países europeus, enquanto num contexto moral muito poucos aspetos positivos são descritos.

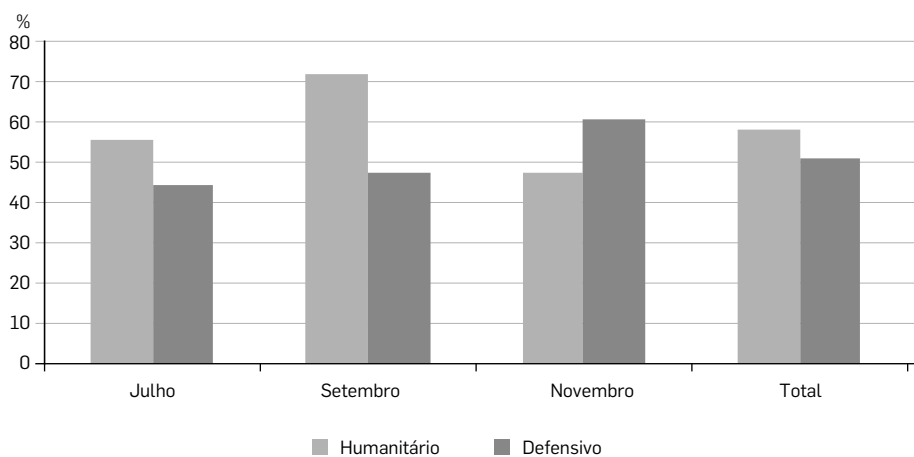
Em terceiro lugar, tipos específicos de consequências negativas mostram flutuações nas narrativas da imprensa entre os períodos analisados. Embora as consequências económicas e culturais tenham sido mais proeminentes na narrativa do Período 1, tiveram uma queda constante na frequência nos Períodos 2 e 3. As consequências geopolíticas, por outro lado, aumentaram de frequência no Período 3. Isto significa uma mudança na imprensa Europeia no sentido do discurso de securitização após os ataques de Paris: os refugiados são enquadrados através dos perigos geopolíticos que trazem consigo.

Militarização dominante depois de novembro

A nossa principal classificação de ações na imprensa referiu, sugeriu, ou distinguiu entre medidas para ajudar os refugiados (estas incluíam ações como prover abrigo, doação de dinheiro ou outras coisas, abertura de fronteiras, ajuda com registos, *lobby* para solução política etc.) e medidas para proteger o país e / ou a Europa (que incluiu, entre outras medidas, o envio de refugiados ou migrantes de volta, fechando fronteiras, construindo obstáculos físicos entre países, aumentando a presença policial ou a guarda). Na nossa estrutura, concetualizámos genericamente o primeiro grupo de ações como humanitário e o segundo grupo como defensivo / militarista (Figura 4).

A proporção de enquadramentos humanitários e de militarização mudou nos três períodos. Enquanto em julho e especialmente em setembro a maioria dos artigos simpatizava com a situação dos refugiados e enfatizava ações para ajudar os que pediam asilo de várias formas, em novembro essa tendência foi revertida e mais de 60% das ações mencionadas foram colocadas em posição defensiva, num quadro militarista. O que é consistente com as nossas conclusões sobre perigos geopolíticos no Período 3 mencionadas na seção anterior.

FIGURA 4 – Ações humanitárias versus ações defensivas mencionadas ou declaradas, por período



Analizamos esses resultados mais adiante, com atenção para cada país do estudo. Certamente, uma análise contextual mais profunda das tendências históricas, políticas e socioeconômicas em cada uma das regiões precisa ser considerada para entender completamente as narrativas da imprensa em torno da “crise de refugiados” em cada país. Embora não possamos abordar tudo isso aqui devido

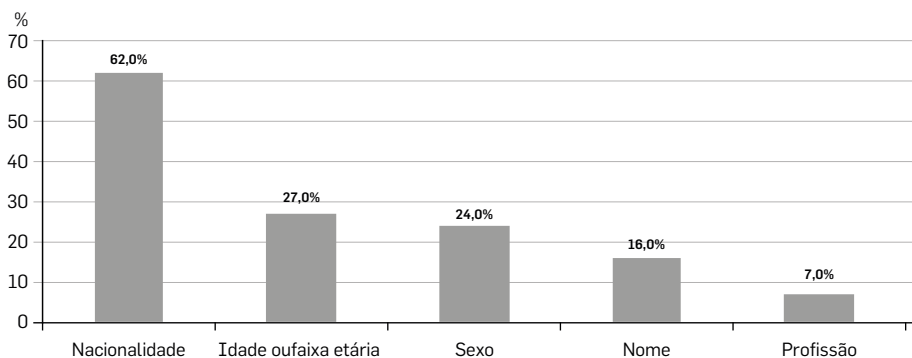
às limitações de espaço, descreveremos abaixo as tendências significativas que emergem do estudo.

Em particular, a localização geográfica dos países correlacionou-se fortemente com os tipos de narrativas na imprensa doméstica. Descobrimos que a imprensa nos países da Europa Ocidental foi caracterizada por uma alta percentagem de narrativas de securitização militar expressas nos artigos e mais frequentemente do que as medidas mencionadas para proteger a Europa / o país. Por outro lado, a imprensa dos países do sudeste da Europa na amostra (onde incluímos a Grécia e a Sérvia) concentrou-se mais em ações para ajudar os refugiados. Por outras palavras, nos nossos modelos estatísticos baseados na proximidade dos países com os refugiados que chegam, ser um país de ‘linha de frente’ representou uma militarização significativamente menor comparativamente aos resultados humanitários.

(ii.) Voz e sem voz? Refugiados na imprensa

No período em estudo, a imprensa europeia engajou-se regular e sistematicamente com a “crise dos refugiados”. Nas numerosas histórias, muito se falou sobre refugiados e migrantes. No entanto, as suas descrições foram altamente limitadas no escopo. Mais notoriamente, os refugiados foram predominantemente descritos na imprensa como nacionais de um determinado país (62% dos artigos da amostra). Apenas 24% dos artigos distinguiam entre homens e mulheres entre os refugiados e menos de um terço dos artigos referiam-se aos refugiados como pessoas de um grupo etário específico. Surpreendentemente, apenas 16% dos artigos incluíam nomes de refugiados e apenas 7% incluíam as suas profissões.

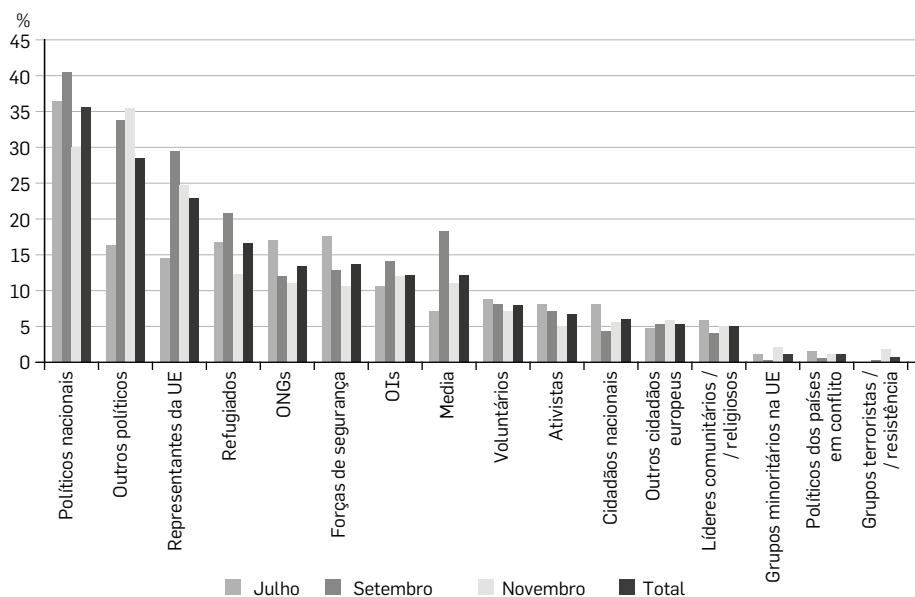
FIGURA 5 – Refugiados conforme identificados na amostra de imprensa em toda a Europa.



Os refugiados emergem dessas narrativas como um grupo anónimo e não qualificado. Eles são o *Outro* para o suposto leitor de imprensa. A estreita e limitada caracterização dos recém-chegados molda o discurso em torno da “crise” tanto para o público europeu quanto para o decisor político. Na narrativa mediatizada, sem características individuais, os refugiados são considerados de pouca utilidade para os países europeus (tal como parecem não ter profissão), inspirando pouca empatia (porque são desumanizados e des-individualizados) e levantando suspeitas (porque nenhuma distinção de género ajuda a narrativa dos refugiados sendo “principalmente homens jovens arriscando a sua sorte”⁵).

Descrições à parte, o nosso estudo também analisou quem, entre as pessoas mencionadas nos artigos, tem permissão para falar e quem não tem. Isso é particularmente relevante porque, ao dar voz a indivíduos e grupos, determinadas narrativas particulares estão a ser legitimadas. No estudo, as opiniões dos refugiados raramente são representadas. As vozes dos refugiados permaneceram em minoria na amostra, comparadas com aquelas com permissão para falar. Em todos os países analisados, vozes de representantes de governos nacionais, governos de outros países ou políticos europeus foram apresentadas em artigos com uma frequência significativamente maior do que as vozes dos requerentes de asilo.

FIGURA 6 – Atores citados em artigos, por período.



5 Conforme descrito por David Davies, deputado galês, em declaração à BBC Radio Wales, a 2 de setembro de 2015 (<http://www.bbc.co.uk/news/uk-wales-34126247>).

Observando os artigos nos períodos analisados, houve um pico de vozes de refugiados no promissor Período 2, mas, mesmo assim, essas vozes registraram metade da frequência em comparação com as vozes dos representantes do governo nacional. No que diz respeito às vozes de refugiados, os resultados permanecem muito semelhantes, independentemente da proximidade geográfica dos refugiados entrantes. No entanto, representantes do governo nacional foram significativamente mais citados nos países ocidentais do que nos países do sudeste da amostra. Em acréscimo, as vozes dos cidadãos europeus foram apresentadas ainda menos do que as dos refugiados em toda a amostra.

Tudo isto leva a uma narrativa problemática que emerge dos média. Houve muita conversa nos artigos sobre os refugiados e as suas razões na procura de asilo na Europa. Houve uma ênfase nas consequências que isso tem para os cidadãos europeus. No entanto, nenhum desses grupos foi autorizado a falar por si mesmo nos artigos; ações e emoções foram, ao invés, validadas pelas autoridades (principalmente ocidentais) responsáveis.

(iii.) As diferenças nas emoções relatadas

Em consonância com o crescente quadro militarista, os resultados obtidos sugerem que o pico da “crise” viu uma mudança gradual nas narrativas dos média – da narrativa emocional e humana em torno dos refugiados e cidadãos nacionais para um enquadramento relativamente distante e sem emoção. Enquanto em todos os três períodos as emoções de refugiados foram relatadas com atenção significativamente menor do que as emoções dos cidadãos, artigos publicados após os ataques terroristas de Paris em novembro relataram emoções de cidadãos e emoções de refugiados em menor quantidade do que nos artigos de julho ou setembro.

Como podemos ver nas Figuras 8 e 9, as emoções relatadas dos cidadãos nos três períodos de tempo variaram. Em setembro, após a morte trágica do menino Alan Kurdi, as referências às emoções de empatia e solidariedade dos cidadãos com relação à situação aumentaram significativamente (menções de solidariedade aumentaram de 17,5% para 25,25% e menções de empatia de 17,75% para 22% entre julho e setembro, ver Fig. 8) substituindo as menções de medo que diminuíram para metade (de 14,5% em julho para 7,25% em setembro). Muito em breve, no entanto, referências emocionais negativas voltaram à cobertura da imprensa sobre os refugiados, tanto no contexto da situação corrente quanto futura. Em

ambos os casos, observa-se uma queda nas menções de solidariedade e empatia e um aumento significativo do “medo” como uma referência emocional.

FIGURA 7 – Emoções mais frequentes atribuídas aos cidadãos em relação aos refugiados e à situação presente, por período.

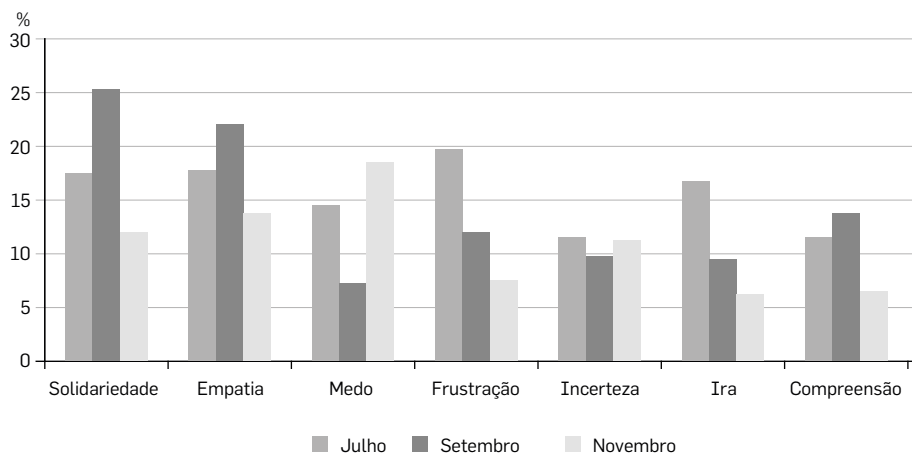
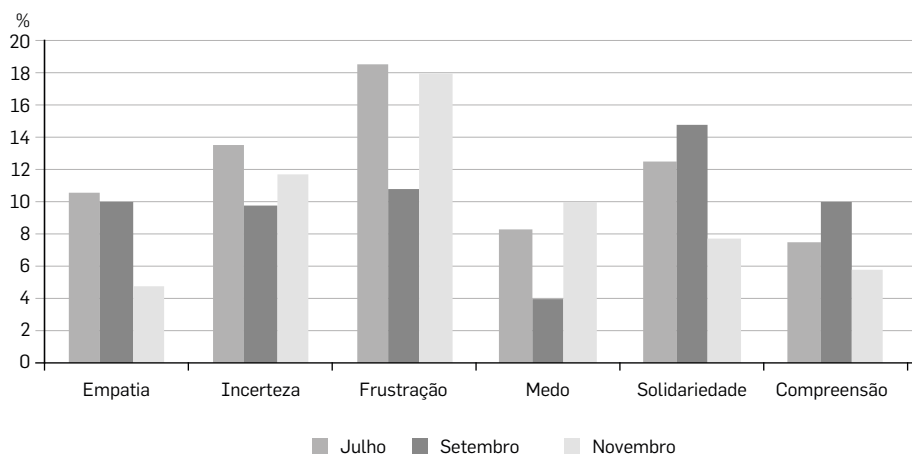


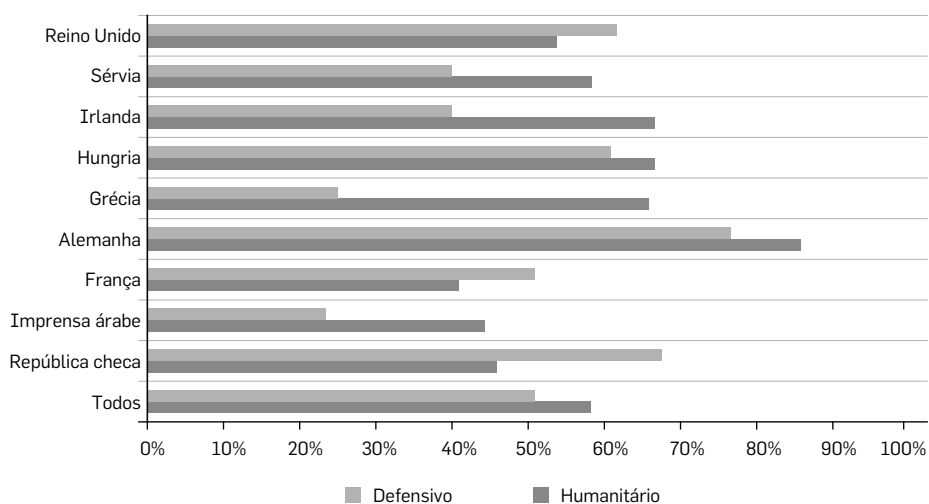
FIGURA 8 – Emoções mais frequentes atribuídas aos cidadãos em relação aos refugiados e ao futuro, por período.



Enquanto a proximidade geográfica com as fronteiras do sudeste europeu emerge como um fator vital na análise, tal como descrito acima, a correlação não é direta. Existem diferenças significativas entre os “primeiros países de contato”, tal como existem diferenças entre e dentro dos países da Europa Ocidental. Sugerimos que, para uma compreensão mais correta dessas relações complexas,

um conjunto de fatores adicionais devem de ser levados em linha de conta o que inclui não apenas o contexto socioeconómico e político do país em questão, mas também a cultura da imprensa, a regulação dos média, a orientação ideológica da imprensa, média e literacia digital e liberdade dos média. Discutiremos essas diferentes dimensões das culturas dos média na seção final deste capítulo.

FIGURA 9 – Medidas relatadas na percentagem de artigos, por país.



CONCLUSÕES: DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES GERADOS PELA MEDIATIZAÇÃO DA ‘CRISE DOS REFUGIADOS’

Como demonstrado acima, a mediatização da “crise dos refugiados” reflete uma série de desafios para o espaço ‘moral’ europeu e para as culturas mediáticas europeias. Enquanto os eventos de 2015 apresentaram desafios distintos e específicos, até em termos da velocidade e da complexidade dos eventos que se desdobram durante o período de nosso estudo, a orientação ideológica e moral da imprensa, registada na mediatização da ‘crise’, também reflete fenómenos e desafios mais profundos e permanentes que envolvem os sistemas de média europeus e a prática do jornalismo. Esses desafios têm dimensões nacionais e transnacionais. Além disso, relacionam-se com a especificidade dos eventos, bem como com as culturas de média/prática de jornalismo. Discutimos essas questões sob três subtemas principais: (1) Relatando “a crise”; (2) ambiente europeu de políticas de média; (3.) sistemas de média europeus.

Relatando ‘a crise’

Jornalistas e organizações de mídia tiveram que responder rapidamente e cobrir histórias de rápido desenvolvimento no contexto de tragédia, perda de vidas e mudanças nas políticas nacionais e europeias. Além disso, nalgumas partes da Europa, em particular, os mídia e os jornalistas tiveram que cobrir notícias relacionadas com pessoas e fenômenos desconhecidos. Os mídia *mainstream* tiveram de responder a esses desenvolvimentos rapidamente, com relatos em que às vezes faltava uma boa compreensão do contexto e do histórico. O desejo e a procura de uma cobertura rápida pelos mídia é, em grande parte, o resultado de pressões associadas às mudanças na própria indústria dos mídia, incluindo pedidos de produção de notícias de baixo custo e rápida disseminação *online*, especialmente nas redes sociais.

Muitas das organizações de mídia e jornalistas que tiveram que cobrir esses eventos não estavam preparados para o fazer. Além disso, há poucos sinais de que os mídia europeus possam dar formação sistemática aos seus profissionais sobre como se relacionarem com esses eventos, ou promover uma consciencialização sobre as implicações dos relatos descontextualizados e negativos. Essas oportunidades de formação têm sido esporádicas e excepcionais. Como resultado, e dependendo da conjuntura histórica, os jornalistas recorrem aos estereótipos existentes sobre quem são os migrantes que chegam e como devemos relacionar-nos com eles – “vítimas”, após a morte da criança ou “terroristas”, depois dos ataques de Paris.

A cobertura mediática da “crise” também estava, inevitavelmente, em interação com a tomada de decisão política e a opinião pública. Assim, refletiu amplamente as narrativas políticas dominantes, totalmente instruídas pelo quadro de segurança humanitária, como descrito anteriormente, uma vez promovendo hostilidade, outras, solidariedade para com os recém-chegados. Da mesma forma, a inclusão de vozes divergentes foi altamente controlada, com as versões das elites sendo largamente predominantes, enquanto as vozes de cidadãos ou migrantes permaneceram consistentemente marginais ou totalmente silenciadas. No entanto, questionar a tomada de decisão política, interagir criticamente nas narrativas da “crise” e assegurar o pluralismo de vozes, que é uma responsabilidade associada ao jornalismo independente, foram pontos aplicados de forma muito desigual na cobertura em geral na Europa. É importante notar que não observámos nenhuma relação direta ou particular entre as estruturas nacionais associadas à liberdade de expressão e a cobertura hostil dos refugiados. Observámos, contudo, que em países onde o discurso de ódio não é confrontado sistemática-

mente enquanto tal (por exemplo, a Hungria), a hostilidade e a desumanização dos refugiados nos média foi muito mais difundida.

Meios de comunicação europeus: ambiente institucional e político

A liberdade e a diversidade dos média estão protegidas em todos os países estudados. No entanto, existe uma desigualdade significativa nos ambientes políticos e de políticas para os média em toda a Europa. Por exemplo, em alguns países, as pressões políticas sobre a imprensa são por vezes indiretas, mas eficazes. Além disso, a regulação nem sempre é seguida por uma ação efetiva, assim, os discursos de ódio, estereótipos e discriminação de minorias (como migrantes e refugiados) nos média são comuns em certos setores da imprensa europeia. Na maioria dos países, a regulação da imprensa é principalmente exercida na forma de autorregulação, com resultados variados. Esses países têm órgãos de automonitorização da imprensa responsáveis por supervisionar a qualidade e abordar questões relativas ao discurso de ódio e relatos discriminatórios. No entanto, nalguns países (por exemplo, na Hungria, no Reino Unido), esses órgãos têm pouca influência sobre as práticas dos média. Além disso, as culturas dos média e a linguagem aceitável nos média variam significativamente em toda a Europa. Por exemplo, há uma diferença significativa nos ambientes de média entre alguns países que têm uma longa história de serviços públicos independentes e poderosos (por exemplo, Alemanha; Reino Unido) e outros com média públicos fracos ou marginais (por exemplo, Grécia; Hungria). Em muitos países do Leste e do Oeste europeu (por exemplo, França e Hungria), o nível ou a eficácia na acusação de discursos de ódio e discriminação contra minorias e grupos com base na raça, etnia e religião não corresponde à legislação europeia existente contra o discurso de ódio e a proteção das minorias. Além disso, os relatos discriminatórios, por vezes, têm a ver com o reduzido conhecimento e compreensão sobre grupos e fenômenos que os profissionais dos média cobrem.

Embora em todos os oito países o ambiente dos média seja diverso e independente do controlo estatal, em muitos desses países os ambientes nacionais são definidos por mercados extremamente competitivos. Em muitos países do Leste/Sudeste da Europa, os média dos grupos económicos dominam o mercado (por exemplo, a Sérvia e a Grécia). Esses média apenas se envolvem seletivamente com os órgãos de autorregulação do setor. Em alguns países da Europa Ocidental, a ação efetiva também permanece um desafio, com a legislação sobre o discurso de ódio a ser contestada por uma parte dos média. Em toda a Europa, novos *players*,

especialmente aqueles que funcionam em plataformas digitais, criam novos concorrentes para os média tradicionais. Em resultado de uma intensa concorrência, peças jornalísticas rápidas e estereotipadas substituem-se por vezes aos trabalhos responsáveis. Além disso, pressões financeiras, que uma parte significativa dos média em toda a Europa enfrentam, significam que os recursos para o desenvolvimento de oportunidades de formação para os jornalistas são escassos.

À luz desses desafios, a cobertura da imprensa sobre a “crise dos refugiados” demonstra a necessidade urgente de um jornalismo ético e independente num ambiente de média digital de fluxos rápidos e vastos e de informações fornecidas por múltiplos e competitivos participantes. Esse ambiente de média cada vez mais diversificado, competitivo e exigente obriga a uma ainda maior responsabilidade, à adesão aos valores do jornalismo ético e ao respeito pela democracia e pela diversidade: sobretudo, justiça, equilíbrio, evitar linguagem que promova a intolerância, e inclusão das vozes de todas as partes envolvidas nas narrativas jornalísticas.

Ferramentas profissionais e dos média

Várias iniciativas nacionais e transnacionais desenvolvidas por profissionais dos média (por exemplo, Federação Europeia de Jornalistas), bem como por organizações internacionais (por exemplo, ONU, Conselho da Europa, UE, OCDE) fornecem ferramentas para boas práticas e também recursos para informação adequada sobre migração e até mesmo especificamente para “a crise de refugiados” (por exemplo, Rede de Jornalismo Ético; UNHCR – estudo patrocinado pela Escola de Jornalismo de Cardiff). Outra iniciativa dirigida por jornalistas, que surgiu no meio da “crise” de 2015, vem da Grécia e é adotada pela Federação Europeia de Jornalistas. Esta destaca o papel e a responsabilidade dos jornalistas na cobertura da situação dos refugiados e migrantes. Mais especificamente, o Sindicato dos Jornalistas da Macedónia e os Jornais Diários da Trácia (ESIEMTH) elaboraram uma proposta para a adoção do Código de Ética Antirracista dos jornalistas gregos chamado *A Carta de Idomeni* (por causa da aldeia fronteiriça no norte da Grécia, onde milhares de refugiados passaram ou esperam passar no seu caminho para o norte da Europa). A carta visa desencorajar e denunciar o clima de intolerância nos média, protegendo a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, juntamente com os direitos dos refugiados e migrantes.

Além de tratados e recomendações, uma série de ferramentas estão disponíveis para que os profissionais dos média melhorem a sua própria compreensão de

um jornalismo ético e justo, especialmente na cobertura de questões associadas à migração e diversidade. Alguns desses projetos incluem o Conselho da Europa/EU MEDIANE (Média na Europa para a inclusão da diversidade), oferecendo uma ferramenta interativa e prática – Mediane Box – aos profissionais dos meios de comunicação em relação à diversidade e inclusão. Outro programa conjunto UE/Conselho da Europa, o MARS (Media Contra o Racismo no Desporto), centrou-se no desporto como uma área de investimento significativo por parte dos média em questões onde a equidade na comunicação é crítica. Os dois projetos desenvolvidos na campanha *Falar Contra a Discriminação* do Conselho da Europa, que teve como alvo principal os profissionais da indústria dos média, foram construídos em torno de três objetivos principais: (i.) Formação de profissionais dos média; (ii.) Escrever, ver e ouvir a diversidade nos média; (iii.) Produzir e divulgar informação inovadora e inclusiva.

Além disso, relatórios recentes produzidos através de formas de reportar sistemáticas e éticas com refugiados e migrantes na Europa e fora dela, como os desenvolvidos pelo Ethical Journalism Network (White 2015; 2017) e pela BBC's Media Action (Hannides et al. 2016), representam exemplos de boas práticas em reportar 'a crise' de modo justo e responsável, especialmente dando voz a todas as partes envolvidas.

Recomendações

O nosso estudo registou a contradição fundamental na forma como a imprensa europeia, nas suas particularidades e continuidades como estruturas institucionais centrais das democracias europeias, estabeleceu condições para o reconhecimento dos refugiados no contexto de uma “crise”. Conforme registado na nossa análise, a securitização é um processo *simbólico* e a comunicação não é um complemento, mas uma condição da sua possibilidade. Embora as tecnologias digitais de vigilância tenham sido amplamente discutidas no contexto da securitização, os média *mainstream* não o fizeram. No entanto, o papel dos média no processo simbólico da fronteira – de ordenar e controlar os corpos dos migrantes, mas também a agência – é tão crítico a estabelecer as condições de reconhecimento, não reconhecimento e direitos, quanto o são as comunicações digitais.

Como mostra a análise acima, a imprensa europeia nomeia refugiados e migrantes de maneiras muito específicas e limitadas, restringido as condições de entendimento das sociedades europeias como diversas e capazes de mudar. Analisar e compreender as implicações dos quadros de representação dos média

adquire uma nova e urgente relevância, uma vez que a pressão constante sobre as fronteiras da Europa por parte daqueles que fogem da guerra e da pobreza, juntamente com as complexas necessidades dos refugiados agora estabelecidos na Europa, definem novas exigências sobre jornalismo e os meios de comunicação. Assim, a responsabilidade dos média em difundir informação objetiva e justa é maior do que nunca. Por exemplo, a complexidade de contextualizar condições específicas (como a ascensão de partidos extremistas/racistas e ataques terroristas ou ameaças eminentes de ataques em toda a Europa) requer deliberações públicas sustentadas e públicos informados.

À luz destes desafios, identificamos cinco princípios e práticas associadas, de apoio a formas de noticiar justas, informativas e inclusivas sobre migração.

Inclusão de vozes diversas: Um ponto de partida fundamental para uma informação justa e para a liberdade de expressão tanto para os cidadãos europeus como para os refugiados é a inclusão da diversidade das vozes. Em resposta à marginalização das vozes de refugiados, foram já criados vários diretórios nacionais e transnacionais de representantes de refugiados e de jornalistas refugiados. Estes visam apoiar os esforços dos média tradicionais para ter refugiados a falar na informação, não sendo apenas sujeitos sobre os quais alguém fala.

Reportar a migração de forma contextualizada: A contextualização das razões por detrás da mobilidade de refugiados e migrantes para a Europa é fundamental para noticiar justa e objetivamente. As organizações internacionais e profissionais podem desempenhar um papel importante na prestação de formação aos jornalistas que cobrem eventos relacionados com a mobilidade e respetivo estabelecimento na Europa, na fronteira da Europa e nos países de origem dos refugiados.

Reconhecimento de jornalistas refugiados e direitos de comunicação de refugiados: Há um talento e uma paixão significativos por trás de iniciativas emergentes de jornalismo independente entre refugiados e migrantes. Iniciativas colaborativas entre os média tradicionais e os média de refugiados são embrionárias, mas podem expandir-se. Além disso, os direitos de comunicação não se aplicam apenas aos cidadãos europeus, devem aplicar-se também aos refugiados, que não são apenas assuntos de reportagem, mas também consumidores (potenciais) de meios de comunicação.

Beneficiar dos recursos digitais contra o discurso de ódio: O discurso do ódio representa um dos maiores desafios para as esferas públicas nacionais e transnacionais da Europa. Os recursos digitais existentes e emergentes sobre a vida, histórias e necessidades dos refugiados e migrantes representam ferramentas importantes para os jornalistas. Tais iniciativas proporcionam acesso às vozes

dos refugiados e dos migrantes, especialmente ao registrar as suas preocupações e medos relacionados com o discurso de ódio e reportagens negativas. Esses recursos são ainda mais valiosos à luz da precarização do jornalismo e da diminuição de recursos para sustentar a pesquisa em jornalismo.

Aprender com a investigação sobre a cobertura dos média da migração global e da crise de refugiados: Organizações de média e associações profissionais podem beneficiar da pesquisa sobre a forma de fazer informação sobre migrantes e refugiados. Atualmente, mais do que nunca, as pessoas são forçadas a deixar suas casas (UNHCR 2016). Os média representam uma fonte fundamental de informação sobre as condições regionais e globais e sobre as causas e consequências da mobilidade (forçada) humana. Quão bem desempenham o seu papel? A investigação pode fornecer informações importantes sobre as limitações, os desafios, mas também oportunidades na construção do jornalismo ético.

REFERÊNCIAS

- Back, Les, Shamsir Sinha, and with Charlynnne Bryan. 2012. "New Hierarchies of Belonging." *European Journal of Cultural Studies* 15 (2): 139-54.
- Bal, Mieke. 2015. "In Your Face: Migratory Aesthetics." In *The Culture of Migration: Politics, Aesthetics and Histories*, edited by Pultz Mosland and Sten Petersen, 147-70. London: I.B.Tauris.
- Balabanova, Ekaterina, and Alex Balch. 2010. "Sending and Receiving: The Ethical Framing of Intra-EU Migration in the European Press." *European Journal of Communication* 25 (4): 382-97.
- Bauder, Prof Harald. 2008. "Media Discourse and the New German Immigration Law." *Journal of Ethnic and Migration Studies* 34 (1): 95-112. doi:10.1080/13691830701708783.
- Bauman, Zygmunt. 1998. *Globalization: The Human Consequences*. New York: Columbia University Press.
- Bauman, Zygmunt. 2016. *Strangers at Our Door*. Cambridge: Polity.
- BBC (2016) Migrant crisis: Migration in Europe explained in seven charts. Available at <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-34131911>
- Benson, Rodney. 2002. "The Political/literary Model of French Journalism: Change and Continuity in Immigration News Coverage, 1973-1991." *Journal of European Area Studies* 10 (1): 49-70.
- Benson, Rodney. 2014. *Shaping Immigration News: A French-American Comparison*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Berry, Mike, Inaki Garcia-Blanco, and Kerry Moore. 2015. "Press Coverage of the Refugee and Migrant Crisis in the EU: A Content Analysis of Five European Countries." Report prepared for the United Nations High Commission for Refugees. Cardiff School of Journalism, Media and Cultural Studies. <http://www.unhcr.org/56bb369c9.html>.
- Broeders, Dennis, and James Hampshire. 2013. "Dreaming of Seamless Borders: ICTs and the Pre-Emptive Governance of Mobility in Europe." *Journal of Ethnic & Migration Studies* 39 (8): 1201-18.
- Butler, Judith. 2004. *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. London: Verso.

- Campani, Giovanna. 2001. "Migrants and Media: The Italian Case." In *Media and Migration: Constructions of Mobility and Difference*, edited by Russell King and Nancy Wood, 38–52. London: Routledge.
- Castles, Stephen, and Alastair Davidson. 2000. *Citizenship and Migration: Globalization and the Politics of Belonging*. New York: Routledge.
- Caviedes, Alexander. 2015. "An Emerging 'European' News Portrayal of Immigration?" *Journal of Ethnic and Migration Studies* 41 (6): 897–917.
- Chouliaraki, Lilie. 2013. *The Ironic Spectator: Solidarity in the Age of Post-Humanitarianism*. Cambridge: Polity Press.
- Chouliaraki, Lilie. 2016. "The Securitization of Citizen Reporting in Post-Arab Spring Conflicts." In *Citizen Media and Public Spaces*, edited by Mona Baker and Bolette B. Blaagaard, 189–207. London: Routledge.
- Chouliaraki, L. and M. Georgiou. 2017. Hospitality: The Communicative Architecture of Humanitarian Securitization at Europe's Borders. *Journal of Communication*, in press
- Couldry, Nick. 2010. *Why Voice Matters: Culture and Politics After Neoliberalism*. Los Angeles: SAGE Publications Ltd.
- Downing, John D. H., and Charles Husband. 2005. *Representing Race: Racisms, Ethnicity and the Media*. London: SAGE Publications Ltd.
- European Journalism Observatory. 2015. "Research: How Europe's Newspapers Reported The Migration Crisis." *European Journalism Observatory - EJO*. November 9. <http://en.ejo.ch/research/research-how-europes-newspapers-reported-the-migration-crisis>.
- Habermas, Jürgen. 2001. *Justification and Application: Remarks on Discourse Ethics*. Translated by Ciaran P. Cronin. 3rd ed. Cambridge: The MIT Press.
- Honneth, Axel. 2007. *Disrespect: The Normative Foundations of Critical Theory*. Cambridge: Polity.
- Horsti, Karina. 2016. "Visibility without Voice: Media Witnessing Irregular Migrants in BBC Online News Journalism." *African Journalism Studies* 37 (1): 1–20. doi:10.1080/23743670.2015.1084585.
- International Centre for Migration Policy Development (2017) How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration? Available at https://www.icmpd.org/fileadmin/2017/Media_Migration_17_country_chapters.pdf
- Insin, Engin, and Greg Nielsen, eds. 2008. *Acts of Citizenship*. London: Zed Books.
- Jakubowicz, Karol. 2007. "Media Governance Structures in Europe." In *Media Between Culture and Commerce: An Introduction*, edited by Els de Bens, 197–224. Bristol: Intellect Ltd.
- Malkki Liisa H. 1996. "Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization." *Cultural Anthropology* 11: 377–404.
- Marino, Sara, and Simon Dawes. 2016. "Introduction to Fortress Europe: Media, Migration and Borders." *Networking Knowledge* 9 (4). <http://ojs.meccsa.org.uk/index.php/netknow/article/view/443>.
- Mazzara, Federica. 2016. "Subverting the Narrative of the Lampedusa Borderscape." *Crossings: Journal of Migration & Culture* 7 (2): 135–47. doi:10.1386/cjmc.7.2.135_1.
- McGonagle, Tarlach. 2014. "Public Service Media and Cultural Diversity: European Regulatory and Governance Frameworks." In *National Conversations: Public Service Media and Cultural Diversity in Europe*, edited by Karina Horsti, Gunilla Hultén, and Gavan Titley, 61–82. Bristol: Intellect.
- Modest, Wayne, and Anouk de Koning. 2016. "Anxious Politics in the European City: An Introduction." *Patterns of Prejudice* 50 (2): 97–108.
- Nyers, Peter. 2008. "No One Is Illegal Between City and Nation." In *Acts of Citizenship*, edited by Engin Insin and Greg Nielsen, 160–81. London: Zed
- Poole, Elizabeth. 2002. *Reporting Islam: Media Representations of British Muslims*. London ; New York : New York: I.B.Tauris.

- UNHCR (2016) Global forced displacement hits record high. Available at <http://www.unhcr.org/afr/news/latest/2016/6/5763b65a4/global-forced-displacement-hits-record-high.html>
- Vertovec, Steven. 2011. "The Cultural Politics of Nation and Migration." *Annual Review of Anthropology* 40 (1): 241-56. doi:10.1146/annurev-anthro-081309-145837.
- Vertovec, Steven, and Susanne Wessendorf, eds. 2009. *The Multiculturalism Backlash*. London: Routledge.
- Vliegthart, Rens, and Conny Roggeband. 2007. "Framing Immigration and Integration: Relationships between Press and Parliament in the Netherlands." *International Communication Gazette* 69 (3): 295-319.
- White, Aidan. 2015. "Moving Stories: International Review of How Media Cover Migration." London: Ethical Journalism Network.
- Zaborowski, R. and M.Georgiou (2016) Migration crisis? Try crisis in the European press. *Open Democracy*. Available at <https://www.opendemocracy.net/rafal-zaborowski-myria-georgiou/refugee-crisis-try-crisis-in-european-press>